

Plano de trabalhos anexo ao PATA

Projeto	Estudo de Impacte Ambiental da Pedreira Camarção, n.º 4 (Alcobaça)
Acrónimo	Cam4
Tipo de intervenção arqueológica	Prospecção Arqueológica
Fase	Estudo de Impacte Ambiental
DISTRITO: Concelho (freguesia)	LEIRIA: Alcobaça (União das freguesias de Coz, Alpedriz e Montes)
Lugar	Alpedriz
Promotor	Sociedade de Areias, Construção e Turismo, Lda.
Entidade contratante	VISA Consultores
Equipa	Arqueólogo responsável: Mário Monteiro Arqueólogo(s) terrestre(s): Mário Monteiro e João Caninas Arqueo-espeleólogo: Emanuel Carvalho Arqueólogo náutico e subaquático: não aplicável Arqueólogo industrial: não aplicável Especialista em Património Arquitectónico: não aplicável Antropólogo: não aplicável
Prazo de execução dos trabalhos de campo	Novembro de 2023
Prazo de realização do relatório	Primeiro trimestre de 2024
Meios técnicos	Deverão ser utilizados os materiais necessários ao cabal desempenho da prospecção. No caso específico consideram-se essenciais os seguintes equipamentos: veículo; GPS e máquina fotográfica digital com um mínimo de 7.0 Megapixéis.
Calendário	Os trabalhos arqueológicos decorrerão, após a aprovação deste Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos.
Segurança	Os arqueólogos de campo estarão abrangidos por seguros de acidentes de trabalho. E estarão munidos do equipamento de segurança recomendado. No contexto da aplicação das restrições à circulação de pessoas, relativas ao combate à pandemia do Covid19, determinadas pelas entidades públicas competentes, informa-se estes técnicos estarão munidos de declarações justificativas do exercício de trabalho profissional prioritário, nas suas deslocações entre as respetivas residências e o local de trabalho.
Objetivos	O projeto objeto do descritor incide na área correspondente à propriedade da pedreira, localizada a cerca de 1km para Oeste da povoação de Alpedriz. O Projeto da pedreira de areia Camarção n.º 4 constitui um empreendimento mineiro onde se procede à extração de areia para aplicação na indústria vidreira e na construção civil. A extração da areia é realizada com auxílio de uma escavadora giratória que procede à escavação da areia a céu aberto, através de bancadas e patamares. Após a escavação, a escavadora giratória procede ao carregamento da areia para os camiões que efetuam o transporte para o destino final, já fora da área da pedreira. A pedreira possui um único acesso que faz a ligação do exterior às frentes de exploração e por onde circulam os camiões de expedição. Como condição prévia à exploração da areia, procede-se à desmatação e decapagem da terra vegetal, no sentido de permitir o acesso à areia a escavar. A terra vegetal constitui um material que é armazenado em pargas, sendo utilizado na recuperação paisagística da pedreira para cobertura dos taludes de escavação. Os trabalhos de prospecção arqueológica terão como objetivo identificar e salvaguardar eventual de património arqueológico, arquitetónico e etnográfico na área de incidência do projeto.
Área de Estudo	Área de Estudo (AE) do Estudo de Impacte Ambiental (EIA): corresponde à área de incidência do projeto e à zona de enquadramento, tal como se definem seguidamente. Área de incidência do projeto (AI): corresponde aos limites da pedreira sujeitas a prospecção sistemática. Zona de Enquadramento (ZE): o enquadramento e pesquisa documental incidem na AI da

	<p>área de estudo e numa zona de enquadramento até cerca de 1000m de distância do limite daquela área.</p>
Metodologia geral	<p>O presente plano de trabalhos arqueológicos enquadra-se dentro da categoria C, alínea c), do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 164/2014 de 04 de novembro – Novo Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos, que preconiza ações preventivas e de minimização de impactes integradas em estudos, planos, projetos e obras com impacto sobre o território em meio rural, urbano e subaquático.</p> <p>A metodologia adotada respeita os Termos de Referência do Descritor Património Arqueológico nos EIA's, de acordo com a Circular nº 1/2023 da DGPC.</p> <p>A caracterização da Situação de Referência inclui: a) descrição da metodologia adotada; b) descrição dos resultados da pesquisa documental; c) descrição das condições de realização do trabalho de campo; d) o inventário de sítios e estruturas de interesse cultural identificadas, em resultado de ações de reconhecimento e prospeção em campo, complementado com registos fotográficos e cartográficos.</p> <p>Ações a executar:</p> <p>(1). pesquisa documental na AI e na ZE</p> <p>A pesquisa documental, prévia ao trabalho de campo, deverá basear-se, entre outras, nas seguintes fontes: a) lista de imóveis classificados ou em vias de classificação (Ulysses); b) em instrumentos de planeamento; c) inventários ou bases de dados geridas por entidades públicas, nomeadamente a base de dados da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), através do Endovélico (sítios arqueológicos) e do SIPA (Sistema de Informação sobre Património Arquitetónico (SIPA), e da autarquia local; d) cartografia militar e geológica; e) bibliografia especializada.</p> <p>As ocorrências identificadas na pesquisa documental localizadas na ZE não serão alvo de reconhecimento, tendo como finalidade caracterizar, por intermédio das informações disponíveis nas fontes consultadas, o património cultural conhecido e o potencial arqueológico da AI.</p> <p>(2). Prospeção sistemática da AI do projeto, correspondente aos limites da pedreira.</p> <p>(3). Execução de relatório final que terá os seguintes conteúdos: a) descrição da metodologia adotada; b) descrição dos resultados da pesquisa documental; c) descrição das condições de realização do trabalho de campo; d) o inventário de sítios e estruturas de interesse cultural identificadas, em resultado de ações de reconhecimento e prospeção em campo, complementado com registos fotográficos e cartográficos; e) avaliação de impactes do projeto no fator Património Cultural; f) proposta de medidas de minimização de impactes negativos do Projeto; g) documentação consultada ou de referência; h) anexos (fichas descritivas de ocorrências, cartografia e registo fotográfico).</p> <p>Caso sejam relevantes os resultados serão divulgados em periódicos da especialidade com prioridade para a revista de EMERITA.</p>
Fontes de informação	<p>Bibliografia</p> <p>ARAÚJO, Ana Cristina; ZILHÃO, João (1991) - Arqueologia do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.</p> <p>FRANÇA, J. Camarate; ZBYSZEWSKI, Georges (1963) - Carta Geológica de Portugal. Notícia Explicativa da Folha 26-B Alenquer, Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.</p> <p>GONÇALVES, Victor dos Santos (1978) - A Neolitização e o Megalitismo da Região de Alcobça</p> <p>MONTEIRO, Mário (2012) - Relatório sobre o Descritor Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnológico do Plano de Pormenor da Área de Intervenção Específica de Moleanos (Alcobça), Lisboa: elaborado por EMERITA para ASSIMAGRA, Ambiente e Território - VISA Consultores.</p> <p>MARQUES, Maria Zulmira Albuquerque Furtado (2002) - Entre a Serra e o Mar. Etnografia da Região de Alcobça, Alcobça: [ed. do autor].</p> <p>NATIVIDADE, Manuel Vieira (1895) - "Alcobça archeologica. Antiguidades romanas", O Archeologo Português, S. 1, vol. 1, n.º 4, Lisboa: Museu Ethnographico Português, p. 104-107</p> <p>NATIVIDADE, Manuel Vieira (1901) - "Grutas de Alcobça: Materiaes para o Estudo do Homem", Portugália, Tomo I, Fasc. 3, Porto: Imprensa Moderna.</p> <p>NATIVIDADE, Manuel Vieira (1960) - Mosteiro e Coutos de Alcobça: Alguns Capítulos</p>

Extraídos dos Manuscritos Inéditos do Autor e Publicados no Centenário do Seu Nascimento, Alcobaça: Alcobacense.

PEREIRA, André; CANINAS, João (2011) – Relatório sobre o Descritor Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnológico do Estudo de Impacte Ambiental do Projecto de Ampliação da Pedreira “Moleanos n.º 2” (Alcobaça), Lisboa: elaborado por EMERITA para VISA Consultores, Lda.

SABROSA, Armando; HENRIQUES, Fernando Robles; CANINAS, João Carlos (2004) - Estudo de Impacte Ambiental do Projecto de Ampliação da Pedreira “Moleanos n.º 2” (Alcobaça). Relatório sobre a Avaliação do Descritor Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnológico, Lisboa: elaborado por EMERITA para VISA Consultores, Lda.

SABROSA, Armando; HENRIQUES, Fernando Robles; CANINAS, João Carlos (2006) - Estudo de Impacte Ambiental do Projecto de Ampliação da Pedreira “Moleanos n.º 3” (Alcobaça). Relatório sobre a Avaliação do Descritor Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnológico, Lisboa: elaborado por EMERITA para VISA Consultores, Lda.

SILVA, Carlos Mendonça da (1998) - Roteiro das Grutas de Alcobaça. Antes da História., Alcobaça: ADEPA.

SILVA, Carlos Mendonça da, coord. (2001) - Roteiro Cultural da Região de Alcobaça. A Oeste da Serra dos Candeeiros, Alcobaça: Câmara Municipal de Alcobaça.

VASCONCELOS, José Leite de (1889-1900) - “Alcobaça archeologica. 2. Antiguidades romanas”, O Archeologo Português, S. 1, vol. 5, n.º 3, Lisboa: Museu Ethnographico Português, p. 79-81.

Cartografia

SCP (2004). *Carta Militar de Portugal, folha 317, Alcobaça*. Escala 1:25.000. Lisboa: Serviços Cartográficos do Exército.

SCP (2015). *Carta Militar de Portugal, folha 318, Mira de Aire – Porto de Mós*. Escala 1:25.000. Lisboa: Serviços Cartográficos do Exército.

SGP (1961). *Carta Geológica de Portugal, folha 26-B Alcobaça*. Escala 1:50.000. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal

Relatórios

HENRIQUES, Fernando Robles; CANINAS, João; CARVALHO, Emanuel (2016). *Relatório sobre o Factor Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnológico do Estudo de Impacte Ambiental do Projecto da Pedreira Vale da Cruz (Moleanos, Alcobaça)*. Oeiras: EMERITA/VISA.

MONTEIRO, Mário (2012): *Relatório sobre a Avaliação do Descritor Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnológico do Plano de Pormenor da Área de Intervenção Específica de Moleanos*, elaborado por EMERITA para VISA Consultores, Lisboa.

“Pedreira de Calcário Ornamental Vale da Cruz, Aljubarrota / Alcobaça” (2016): *Memória Descritiva*, RHVSTONE, Lda. E VISA Consultores, Setembro.

PEREIRA, André; GOMES, João Araújo; CANINAS, João Carlos (2011): *Relatório sobre a Avaliação do Descritor Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnológico do Estudo de Impacte Ambiental do Projecto de Ampliação da Pedreira “Moleanos n.º 2” FARPEDRA (Prazeres de Aljubarrota, Alcobaça)*, elaborado por EMERITA para VISA Consultores, Lisboa.

SABROSA, Armando; HENRIQUES, Fernando Robles; CANINAS, João Carlos (2004): *Relatório sobre a Avaliação do Descritor Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnológico do Estudo de Impacte Ambiental do Projecto de Ampliação da Pedreira “Moleanos n.º 2” (Alcobaça)*, elaborado por EMERITA para VISA Consultores, Lisboa.

SABROSA, Armando; HENRIQUES, Fernando Robles; CANINAS, João Carlos (2006): *Relatório sobre a Avaliação do Descritor Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnológico do Estudo de Impacte Ambiental do Projecto de Ampliação da Pedreira “Moleanos n.º 3” (Alcobaça)*, elaborado por EMERITA para VISA Consultores, Lisboa.

Planos

PDM (1997). *Plano Diretor Municipal de Alcobaça*. Câmara Municipal de Alcobaça.

ICN (2007). *Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros, Relatório da Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros*. Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade.

	<p>Entidades</p> <p>Câmara Municipal de Alcobaça (CMA). Direção-Geral do Património Cultural (DGPC).</p> <p>Sítios da Internet</p> <p>Câmara Municipal de Alcobaça (CMA): www.cm-alcobaca.pt</p> <p>Direção-Geral do Património Cultural (DGPC): Portal do Arqueólogo / Base de dados Endovélico http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/; Atlas do Património Classificado e em Vias de Classificação http://www.patrimoniocultural.pt.</p> <p>Direção-Geral do Território / Sistema Nacional de Informação Territorial / Portal do Ordenamento do Território e do Urbanismo: www.dgt.pt (consulta on-line de PDM em vigor)</p> <p>Google Earth: observação de fotografia aérea</p> <p>Sistema de Informação sobre Património Arquitetónico (SIPA): www.monumentos.gov.pt</p> <p>http://www.jf-aljubarrota.pt/Prazeres/localidades/pa_localidades_moleanos.htm http://pt.wikipedia.org/wiki/Lapa_dos_pocilg%C3%B5es</p> <p>http://www.icnf.pt/ICNPportal</p> <p>http://www.icn.pt/downloads/POPNSAC</p>
<p>Estado actual dos conhecimentos</p>	<p>Dentro da AI não se encontra identificado património arqueológico e/ou arquitetónico.</p> <p>Todavia, na ZE, designadamente a sudeste da AI, é conhecido um vasto património arqueológico, onde abundam os vestígios de ocupação Humana no Paleolítico, a maioria designados como Pomar dos Pêssegos e como Montes.</p> <p>Considera-se assim que a área da pedreira se localiza numa zona com potencial arqueológico.</p> <p>O hidrónimo “Rio das Azenhas” e a identificação de azenhas na cartografia militar (no Rio da Lama) indiciam ter sido em tempos uma zona cerealífera e/ou de produção de azeite, que veio dar lugar à atual exploração florestal.</p>
<p>Caracterização sumária histórico-arqueológica</p>	<p>Quanto ao local, a informação obtida, tanto a acima referida como a abaixo transcrita, revela a sua riqueza histórica-arqueológica:</p> <p><i>“Alpedriz é uma antiga Vila no litoral centro, cujo nome, incerto; se crê do baixo-latim petrinea, 'pedrinha', talvez com a junção moçárabe do prefixo *al- resultado da posterior presença moura.[4] Do mesmo topónimo em Portugal, existem Alpedrinha, Alpedrede e Alpedreirinha. Há diversos mitos populares quanto ao nome, um deles que a vila teria sido fundada pelos mouros em meados do século IX, derivando de duas palavras: ABI+DRIZ (supostamente 'Pai de Driz'). Improvável porque nem 'Abi' corresponde a 'Aba' (do antigo Acádio 'Ābu'), que significa pai na maioria das línguas semíticas, nem "Driz" é um nome árabe. Além disso, e apesar de se saber que o Rei Afonso Henriques dali expulsou os mouros em 1147, estes não deixaram qualquer sinal da sua permanência. Dos tempos Suevos e Visigodos também não foi encontrado qualquer legado, embora se saiba que ambos estes povos germânicos se fixaram nesta região e em Leiria que dista 25 km, onde deixaram numerosos vestígios. Essa herança deixa outra possibilidade quanto a toponímia ou segundo uma versão Galega, a antroponímia; do local que poderá ser Sueva ou Visigótica, derivada do nome Godo 'Alperiz' do antigo 'Elpericus' (combinação esta de Hilp + ric) com provável hipercorreção do Latim 'Pero ou Pedro' como aponta a hipótese Galega. O nome pedrinha indicaria a vila em si remontando no mínimo aos tempos romanos, de cuja época há um grande número de testemunhos em todo o antigo município, incluindo nos Montes onde devido às colinas ensoleiradas, o vinho era cultivado. A ponte mais antiga de Alpedriz foi construída nas ruínas da ponte Romana no rio d'Areia, que era atravessada pela estrada Romana passando por 'Colipo' (atual São Sebastião do Freixo, Leiria), e ligava as cidades de Eburobrício (atual Óbidos) e 'Conimbriga' (atual Coimbra).</i></p> <p><i>Sem se saber o nome pré-Romano, foram encontrados restos humanos num túmulo na 'Ribeira do Pereiro' remontando ao Neolítico, supondo-se assim, e à semelhança de inúmeras outras povoações nesta zona; que estes foram os ancestrais dos habitantes celtibéricos, nomeadamente os Galaicos e/ou Túrdulos Velhos. Estes humanos muito antigos eram inicialmente semi-nómadas. Dependiam dos elementos e recursos naturais para sobreviver e defender-se; tais como a localização geográfica e topografia (Alpedriz encontra-se abrigada, a meio-caminho entre o oceano Atlântico e zonas montanhosas</i></p>

	<p>como a Serra dos Candeeiros), ribeiras e cursos de água, vegetação, floresta, solo fértil que lhes daria fácil acesso à caça, pesca, bagas e frutos silvestres, pastorícia e agricultura rudimentar.</p> <p><i>Pertenceu à ordem militar de Avis como sede duma Comenda desta Ordem por doação do rei Sancho I (razão pela qual Alpedriz nunca terá dependido dos Coutos do Mosteiro de Alcobaça).</i></p> <p>O rei Manuel I, em 20 de Março de 1515 deu-lhe Foral Novo, como consta o respectivo livro, folhas 160 e seguintes. Uma cópia do mesmo foral foi obtida da Torre do Tombo por intermédio do filho desta terra o Abílio Moniz Barreto.</p> <p>Como um dos restos do passado de prestígio, existe um velhíssimo Pelourinho, que estava localizado no meio dum largo em frente da chamada Capela do Santíssimo, e é no lugar dessa Capela que hoje está instalado o referido Pelourinho. Este data dos finais do século XV, período em que tal como nas outras vilas dos vizinhos Coutos de Alcobaça foi realizada sob o rei Manuel I (1469-1521) a chamada reforma urbana geral. Manuel I cumpriu a promessa de mais independência aos monges e priores, e concedeu-lhes os seus próprios tribunais inferiores. O pelourinho foi parcialmente preservado, após ter sido vandalizado duas vezes (em 1973 e 1992). A vila possuiu também um Tribunal, um Hospital de Pobres e uma prisão privada com direitos garantidos por bulas papais. Foi sede de concelho (extinto em Novembro de 1836) e gozava então de privilégios dos Caseiros da Ordem e ainda outros benefícios, entre os quais o de direito a asilo. Alpedriz tinha 2 Vereadores, um Procurador Escrivão da Câmara, um Notário do Judicial e um Juiz Ordinário; o último dos quais foi José Moniz Barreto.</p> <p>Nas dependências da referida Capela, e ao nível do 1.º andar funcionou a escola primária, onde o António Moniz Barreto de Figueiredo iniciou as suas funções em 1890. Dizia ele que esta escola era de fundação Pombalina, e o mesmo Professor fez dela um famoso centro cultural, atraindo aqui muitos alunos de todas as freguesias circundantes que iam fazer exame a Leiria. Chegaram a estar hospedados em Alpedriz, alunos da Martingança e Maiorga. Durante as Invasões Napoleónicas a vila foi ocupada pelas tropas do General Junot tendo-se as populações locais refugiado nos pinhais e bosques circundantes. Na mesma capela e suas dependências, esteve aquartelada uma guarnição militar Francesa que foi derrotada nas Linhas de Torres Vedras pelas tropas do Exército Anglo-Luso. A sala das aulas passou a ser sede da Junta de Freguesia depois da escola, por excesso de frequência ter mudado para uma sala da casa Vieira da Rosa, sita nesta rua. Conjuntamente com a Junta de Freguesia funcionou, na mesma sala, o Tribunal do Juizado de Paz de que foi seu último Juiz, o Professor atrás citado.” (in: https://pt.wikipedia.org/wiki/Alpedriz)</p>
Divulgação de resultados	<p>Os resultados de relevante interesse cultural, científico ou patrimonial que sejam obtidos no decurso da prospeção arqueológica serão divulgados em revista da especialidade com prioridade para a revista digital de EMERITA (www.emerita.pt).</p> <p>O relatório final do acompanhamento arqueológico, cuja aprovação é obrigatória pela Direção Regional de Cultura e DGPC ficará em acesso público quando inserido no Portal do Arqueólogo por aquela entidade.</p>
Anexos	<p>Declarações da Entidade Contratante e da Entidade Enquadrante; Autorização do Proprietário; Anexo 1 – Parecer da CCDR</p>
Anexo gráfico	<p>Localização do projeto em extrato da Carta Militar de Portugal e em fotografia aérea (Figuras 1 e 2)</p>



Assinatura

Lisboa, 29 de setembro de 2023